

**REUNIÃO ORDINÁRIA 2023 DA COMISSÃO NACIONAL PARA
RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA (CONAVEG)**

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Brasília, 28 de novembro de 2023, 14h – 17h

PARTICIPANTES

MEMBROS

Rita de Cássia Guimarães Mesquita	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	titular
Fabíola Marono Zerbini	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)	suplente
Lidiane Melo	Casa Civil da Presidência da República	representante
Camila Stefaní de Sousa Silva	Ministério da Fazenda (MF)	titular
Gustavo Teixeira Lino	Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)	titular
Luciana Machado Teixeira Fabel	Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)	suplente
Bruno Marangoni Martinelli	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	suplente
Cassandra Maroni Nunes	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)	suplente
Luís Marcelo Marcondes Pinto	Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA)	titular
Mauro Scharnik	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA)	titular
David Vieira	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (ABEMA)	suplente
Rodrigo Gravina Prates Junqueira	Aliança pela Restauração da Amazônia	titular
Rubens Benini	Pacto pela Restauração da Mata Atlântica	titular
Tatiane Gomes Calaça Menezes	Rede para Restauração da Caatinga	suplente
Thiago Belote Silva	Araticum – Articulação pela Restauração do Cerrado	suplente

CONVIDADOS

João Paulo Capobianco	Secretaria Executiva, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SECEX/MMA)
Renata Correa Apoloni	Secretaria Executiva, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SECEX/MMA)

Adalberto Felício Maluf Filho	Secretaria de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SQA/MMA)
Aloísio Lopes Pereira de Melo	Secretaria de Mudança do Clima, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SMC/MMA)
Leandro Gomes Cardoso	Secretaria de Mudança do Clima, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SMC/MMA)
Carina Mendonça Pimenta	Secretaria de Bioeconomia, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SBC/MMA)
Daniel Peter Beniamino	Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SNPCT/MMA)
Leonardo Queiroz Correia	Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SNPCT/MMA)
André Rodolfo de Lima	Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Queimadas, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SECD/MMA)
André Aquino	Serviço Florestal Brasileiro, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SFB/MMA)
Claudio Azevedo Dupas	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Paulo Henrique Marostegan e Carneiro	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Luciano Mansor de Mattos	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)
Claudio Aparecido Almeida	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)
Cecilia Pires Woortmann	Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)
Marcus Cardoso Santiago	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Rafael Petrocelli	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Ana Paula Rovedder	Rede Sul de Restauração Ecológica
Clóvis Vailant	Pacto pela Restauração do Pantanal
José Carlos da Fonseca Júnior	Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura
Carolle Alarcon	Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura
Mayte Benicio Rizek	Organização Internacional do Trabalho (OIT Brasil)

SECRETARIA EXECUTIVA DA CONAVEG – EQUIPE TÉCNICA

Isis Felipe de Freitas	Departamento de Florestas, Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, Ministério do Meio Ambiente (DFLO/SBIO/MMA)
Jennifer Viezzer	Departamento de Florestas, Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, Ministério do Meio Ambiente (DFLO/SBIO/MMA)
Mateus Motter Dala Senta	Departamento de Florestas, Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, Ministério do Meio Ambiente (DFLO/SBIO/MMA)
Otávio Gadiani Ferrarini	Departamento de Florestas, Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais, Ministério do Meio Ambiente (DFLO/SBIO/MMA)

MEMÓRIA DA REUNIÃO

Rita Mesquita, Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SBIO/MMA) e Presidente da CONAVEG, abriu os trabalhos da comissão, deu as boas-vindas aos participantes e passou a palavra para o Secretário-Executivo (SECEX/MMA) João Paulo Capobianco.

João Paulo Capobianco (SECEX/MMA) afirmou que a reunião é um momento importante de reinstalação da CONAVEG e rearticulação entre os diversos setores presentes; que o governo vem empreendendo esforços para recuperar os espaços de articulação e integração; e que trata-se de tarefa complexa e extensa, que passa pela concepção, organização, convocação, indicação e seleção de membros, no objetivo de promover a recuperação da vegetação nativa no nível nacional, compromisso de governo que tem a Política e o Plano Nacionais de Recuperação da Vegetação Nativa (PROVEG e PLANAVEG) como instrumentos fundamentais para cumprir a meta de 12 milhões de hectares até 2030. Citou que há diversas iniciativas em curso, como o esforço conjunto entre Ministério da Fazenda (MF), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) voltado à recuperação de pastagens degradadas, que poderão ser integradas à CONAVEG, buscando ganho em escala, promovendo conectividade, recuperando os recursos hídricos e o passivo conforme Código Florestal. Declarou que a agenda de recuperação da vegetação nativa é extremamente positiva e chamou a atenção para a representatividade das diversas secretarias na reunião como um sinal da importância da agenda para o MMA, o governo, o presidente, e demais ministérios envolvidos com esse tema. Agradeceu a participação e desejou bom trabalho a todos.

Rita Mesquita (SBIO/MMA) destacou a importância das representações das redes de todos os biomas terrestres brasileiros e a contribuição das organizações-parte das redes e passou a palavra para a Diretora de Florestas do MMA e Secretária-Executiva da CONAVEG, Fabíola Marono Zerbini.

Fabíola Marono Zerbini (DFLO/SBIO/MMA), Secretária-Executiva da CONAVEG, afirmou a importância da participação de todos os presentes e abriu rodada para apresentação dos membros da CONAVEG e dos convidados da reunião. Em seguida, apresentou a pauta do dia (Figura 1), que foi aprovada pela comissão.

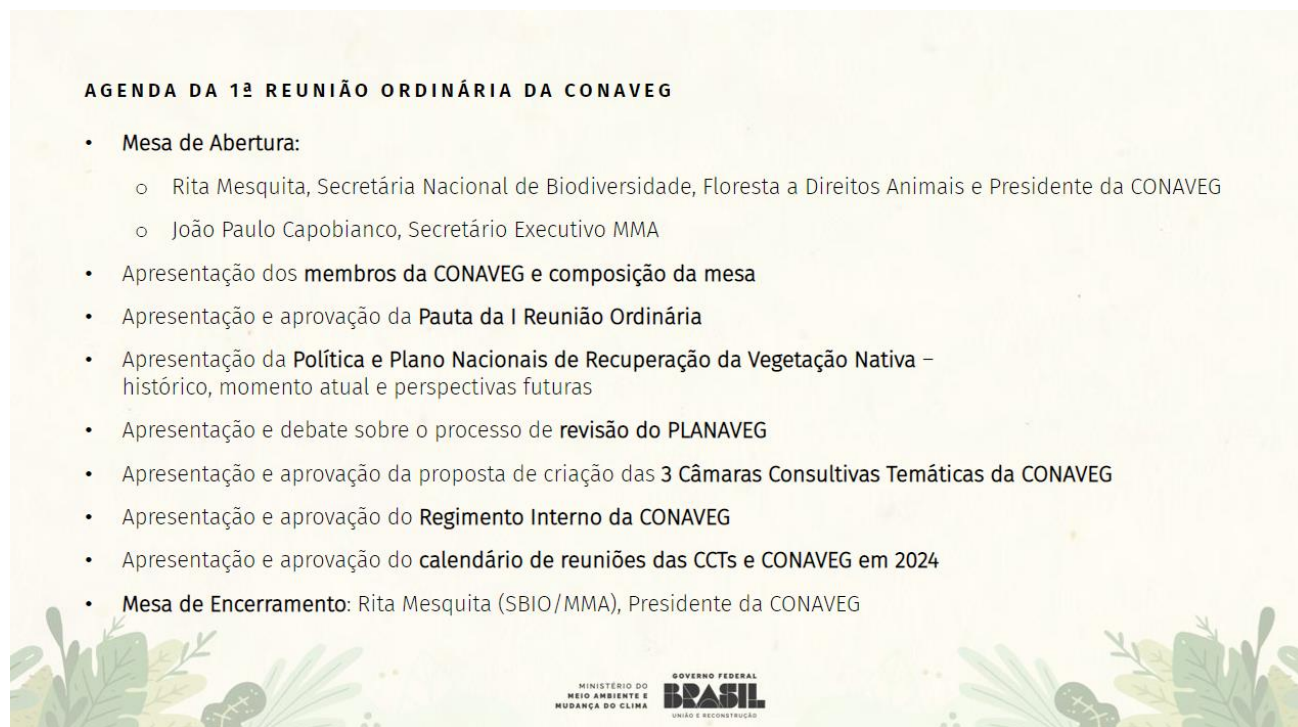


FIGURA 1 – PAUTA DA REUNIÃO APRESENTADA E APROVADA.

Em seguida, Fabíola Marono Zerbini (DFLO/SBIO/MMA) fez apresentação sobre a Política e Plano Nacionais de Recuperação da Vegetação Nativa (PROVEG e PLANAVEG) (enviada em anexo à esta memória). Destacou a existência da PROVEG e do PLANAVEG como instrumentos da Lei de Proteção da Vegetação Nativa e sua contribuição para outras políticas públicas; o histórico e o esforço de execução do PLANAVEG e manutenção da CONAVEG até aqui; a competência da CONAVEG para coordenar a implementação, monitoramento e avaliação de ambos, e a atualização do plano, tendo os processos de implementação e de atualização ocorrendo de forma concomitante; e a criação de Câmaras Consultivas Temáticas (CCTs) para apoiar o trabalho da comissão. Anunciou a publicação da Portaria MMA nº 860, de 27 de novembro de 2023, que designa os membros da CONAVEG; reafirmou a importância da representação de ministérios e vinculadas, de estados e municípios, da sociedade civil organizada, e de instituições convidadas; e propôs que a revisão do Decreto nº 11.367, de 1º de janeiro de 2023, que trata da atual composição da comissão seja pauta da próxima reunião da CONAVEG (inclusive membros da comissão já identificaram a necessidade de ampliação da composição, por ex. para representar as redes de restauração dos seis biomas

terrestres brasileiros). Falou do histórico de construção participativa do PLANAVEG, de suas oito iniciativas estratégicas, e da elaboração de um balanço de implementação dos primeiros cinco anos do plano como importante subsídio para a sua revisão. Apresentou a CONAVEG como uma rede de articulação das ações de recuperação da vegetação nativa realizadas por diversos setores e organizações – e demais participantes contribuíram exemplificando ações em curso, como o Termo de Execução Descentralizada (TED) entre MMA e MDA voltado a florestas produtivas.

Seguiu-se para um momento de discussão entre os participantes sobre custos da recuperação e mecanismos de financiamento (como crédito rural, pagamento por serviços ambientais (PSA) e mercado de carbono – a serem considerados em uma das Câmaras Consultivas Temáticas). Carina Mendonça Pimenta (SBC/MMA) destacou que a Lei de PSA que será colocada em consulta pública; e a importância da CONAVEG se debruçar sobre os instrumentos econômicos previstos nesse arcabouço legal para financiar ações de recuperação da vegetação. Aloísio Lopes Pereira de Melo (SMC/MMA) destacou que já existem metodologias consolidadas para a emissão de créditos de carbono por remoção que poderiam financiar a recuperação da vegetação.

A Secretária-Executiva da CONAVEG apresentou o processo de atualização do PLANAVEG, destacando a atualização como parte intrínseca à implementação, e relatando ações em curso de três eixos prioritários: inteligência e monitoramento, financiamento, e arranjos de implementação – relacionados à proposta de criação de três Câmaras Consultivas Temáticas (CCTs) sobre os temas, e abriu para discussão em plenária.

Rubens Benini (Pacto pela Restauração da Mata Atlântica) falou da importância das CCTs abordarem temas como o mapeamento da cadeia produtiva da restauração; pesquisa e desenvolvimento (por ex. sobre melhoramento genético); recuperação produtiva para fins de comercialização de produtos da sociobiodiversidade). Destacou que o principal gargalo é a geração de demanda por recuperação, inclusive para manter organizações e infraestruturas já existentes para a coleta de sementes e a produção de mudas, e para ganhar escala; comentou que instrumentos econômicos como PSA e mercado de carbono poderiam gerar essa demanda; e sugeriu que a geração de demanda seja incluída em uma CCTs. Por fim, destacou que salvaguardas socioambientais devem ser consideradas.

Clóvis Vailant (Pacto pela Restauração do Pantanal) citou a importância dos corredores culturais para considerar povos e comunidades tradicionais na agenda de recuperação da vegetação nativa, e da geração de emprego e renda; e sugeriu que fosse incluído um representante de povos e comunidades tradicionais como membro da CONAVEG.

André Aquino (SFB/MMA) comentou sobre a relação entre demanda por recuperação e regularização ambiental de imóveis rurais e para isso sugeriu que as CCTs considerarem a participação dos estados; sobre a importância de instrumentos financeiros e incentivos positivos para a implementação do Código Florestal; e sobre a necessidade de avançar mais em pesquisa e desenvolvimento de modelos de recuperação (considerando regeneração natural assistida, restauração ecológica e, em especial, recuperação produtiva).

Thiago Belote Silva (Araticum) falou sobre a necessidade de mapear iniciativas estaduais, municipais e privadas que gerem demanda, e estabelecer critérios e arranjos de recuperação; e sobre a importância do financiamento do setor privado na aquisição de produtos da sociobiodiversidade também para criar demanda.

Ana Rovedder (Rede Sul de Restauração Ecológica) destacou a importância das redes de restauração dos biomas serem fortalecidas e participarem dessa estrutura de governança, por conhecerem as realidades locais distintas em cada bioma; tendo em conta demandas por recuperação diferentes, mas convergentes, e o olhar necessário aos povos e comunidades tradicionais como atores ativos desse processo.

Rodrigo Gravina Prates Junqueira (Aliança pela Restauração da Amazônia) falou da impossibilidade de criação de CCTs para todas as iniciativas estratégicas do PLANAVEG, mas da necessidade de considerar transversalidades e identificar pontos críticos para dar escala à recuperação; fez coro à preocupação sobre a baixa demanda existente, afirmando existir capacidade ociosa de produção de mudas e sementes que poderá ser desmobilizada em dois anos caso não haja demanda; e citou a dificuldade de projetos em encontrar áreas para restaurar.

Luciano Mansor de Mattos (MDA) compartilhou a preocupação com o fortalecimento da cadeia produtiva da restauração como um todo.

Fabíola Marono Zerbini (DFLO/SBIO/MMA) reafirmou a importância das redes para a agenda, por exemplo para a elaboração de protocolos de monitoramento por bioma; e esclareceu que apresentou exemplos do que vem sendo feito, e não tudo o que pode ou deve ser feito, o que é mais amplo; e que a discussão foi anotada para subsidiar a atualização do PLANAVEG.

Rita Mesquita (SBIO/MMA) perguntou sobre o papel da CONAVEG na manifestação sobre minutas de atos normativos na agenda de recuperação da vegetação nativa; e a Secretária-Executiva respondeu que o trabalho das CCTs e da CONAVEG será pela construção, atualização e proposição

de normativas. Espera-se que uma CONAVEG funcional e ativa seja o lócus de discussão e articulação de minutas de atos normativos garantindo alinhamento prévio à publicação.

Fabiola Marono Zerbini (DFLO/SBIO/MMA) passou para a apresentação das CCTs e escopos sugeridos; esclareceu que as CCTs são compostas por membros da CONAVEG e outros convidados sem distinção entre eles; que as CCTs são propositivas e não deliberativas (como a CONAVEG), então não possuem voto; que as CCTs subsidiam a CONAVEG; e que indicações dos membros das CCTs deverão ser enviados à Secretaria Executiva até 11/12/2023, participando 01 representante de cada instituição mapeada.

Foi aprovada a criação de três Câmaras Consultivas Temáticas (CCTs): (i) inteligência espacial e monitoramento; (ii) economia da recuperação; (iii) arranjos de implementação do PLANAVEG; conforme Figuras 2, 3 e 4.

Luciano Mansor de Mattos (MDA) destacou a importância da definição de conceitos claros nas normativas a serem debatidas na CONAVEG, como o de pastagens degradadas (para diferenciar o que é pastagem degradada para fins de produção agropecuária e para fins de restauração ecológica) e o de recuperação produtiva (que considere indicadores ecológicos).

Luís Marcelo Marcondes Pinto (ANAMMA) apresentou a demanda da sua instituição ter dois assentos na CONAVEG para garantir uma equiparação com os dois assentos da ABEMA. Essa demanda foi anotada pela Secretaria Executiva.

Ana Paula Rovedder (Rede Sul de Restauração Ecológica) sugeriu que as redes por bioma sejam consultadas na revisão e proposição desses conceitos e dados e sugeriu incluir representantes das redes por bioma em todas as CCT, sugestão apoiada por todos os representantes das redes por bioma.

Rubens Benini (Pacto pela Restauração da Mata Atlântica) apresentou lista elaborada pelo PACTO com 13 pessoas especialistas para participação na CCT de inteligência espacial e monitoramento. Havendo limitação de participantes para viabilizar a realização das CCTs, a plenária acordou em mantê-los como especialistas convidados em momentos específicos previstos em calendário, a serem definidos no plano de trabalho da CCT.

Carolle Alarcon (Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura) parabenizou pela iniciativa e disse que a Coalizão está à disposição para mobilizar sua rede de especialistas e contribuir com as Câmaras Técnicas. Além disso, ofereceu o apoio para a coordenação da CCT de Inteligência Espacial e

Monitoramento, devido à experiência acumulada nos últimos 5 anos pelo Observatório da Restauração e Reflorestamento (ORR), iniciativa ligada à Coalizão.

CÂMARAS CONSULTIVAS TEMÁTICAS (CCTs) DA CONAVEG

(i) Inteligência espacial e monitoramento (sugestões)

- Critérios/conceitos: áreas degradadas para recuperação da vegetação nativa; pastagens degradadas; recuperação produtiva; refinamento da meta de recuperação da vegetação nativa; seleção de áreas prioritárias/por bioma (a partir dos mapas gerados)
- Validação das premissas, critérios e conceitos relativos à linha base
- Revisão e implementação do sistema de monitoramento
- Subsídios para revisão/definição de metas nacionais relacionadas à UNFCCC, CDB e UNCCD
- Alinhamento de normativas sobre o tema

Membros: MMA (e SFB, ICMBio e IBAMA), MCTI (INPE e outras vinculadas, como INPA, Goeldi e Mamirauá), MAPA (e EMBRAPA), MDA (e INCRA), MGI (a confirmar), MDR, MPI (e FUNAI), APIB, 6 redes biomáticas, ORR, SOBRE, ABEMA, ANAMMA, + especialistas
Outras sugestões podem ser enviadas no prazo até dia 11/12/2023

Coordenação: MMA
+ alguém? Observatório da Restauração e Reflorestamento (ORR)




FIGURA 2 – CCT SOBRE INTELIGÊNCIA ESPACIAL E MONITORAMENTO APROVADA.

CÂMARAS CONSULTIVAS TEMÁTICAS (CCTs) DA CONAVEG

(ii) Economia da recuperação (sugestões)

- Critérios para incentivos econômicos: crédito rural, política tributária
- Critérios/estratégia para mercado de carbono, PSA, produtos da sociobiodiversidade, recuperação produtiva
- Critérios/estratégia para Taxonomia Ambiental e para o Plano Nacional para Transformação Ecológica
- Atualização dos custos da recuperação
- Geração de demanda por recuperação
- Alinhamento de normativas sobre o tema

Membros: MMA (e SFB, ICMBio e IBAMA), MF, MDIC (e BNDES), MAPA, MDA (e INCRA), MDR, MPI (e FUNAI), APIB, CONTRAF, 6 redes biomáticas, Coalizão, ABEMA, ANAMMA, + sociedade civil, iniciativa privada, especialistas
Outras sugestões podem ser enviadas no prazo até dia 11/12/2023

Coordenação: MMA
+ alguém? Pacto para a restauração da Mata Atlântica/representação redes biomáticas




FIGURA 3 – CCT SOBRE ECONOMIA DA RECUPERAÇÃO APROVADA.

CÂMARAS CONSULTIVAS TEMÁTICAS (CCTs) DA CONAVEG

(iii) Arranjos de implementação do PLANAVEG (sugestões)

- Estratégia de articulação para a captação (integrada, público-privada) e otimização do fluxo recursos entre programas e políticas
- Gargalos e oportunidades de estruturação da cadeia da recuperação como investimento
- Plano de investimento e portfólio de oportunidades
- Subsídios para programa de implementação do Código Florestal na lógica do pacto federativo/SISNAMA; programa envolvendo Plano Clima (Mitigação, Adaptação), Infra Verde/SBN; captação e implementação do programa Floresta Produtiva; integração com políticas e programas relacionados a recuperação de áreas degradadas
- Engajamento dos entes subnacionais
- Dialogar com temas de segurança alimentar e energética
- Alinhamento de normativas sobre o tema

Membros: MMA (e SFB, ICMBio e IBAMA), Casa Civil, MF, MCTI, MAPA, MDR, INCRA, BNDES, MPI (e FUNAI), APIB, Rede PCT, CONTRAF, 6 redes biomáticas, ABEMA, ANAMMA, + especialistas

Outras sugestões podem ser enviadas no prazo até dia 11/12/2023

Coordenação: MMA

Quem +: ANAMMA e representação das redes biomáticas



FIGURA 4 – CCT SOBRE ARRANJOS DE IMPLEMENTAÇÃO APROVADA.

Otávio Ferrarini (DFLO/SBIO/MMA) apresentou o regimento interno, já enviado anteriormente aos membros da CONAVEG e novamente em anexo à esta memória.

Rubens Benini (Pacto pela Restauração da Mata Atlântica) destacou que a sociedade civil se sente pouco representada na CONAVEG e perguntou se o momento de incluir novos representantes seria a partir do Regimento Interno. A Secretária-Executiva esclareceu que a composição da CONAVEG não é estabelecida pelo regimento interno, mas pelo Decreto nº 11.367, de 1º de janeiro de 2023, e que a questão da composição será um ponto de pauta da próxima reunião. O Regimento Interno então foi aprovado em plenária.

Fabíola Marono Zerbini (DFLO/SBIO/MMA) apresentou o cronograma de 2024 para a CONAVEG e as CCTs, aprovado conforme Figura 5. As datas serão definidas por Doodle (ou similar) enviado aos membros de cada CCT e da CONAVEG; e as reuniões terão duração de 8h CCTs e 4h CONAVEG.



FIGURA 5 – CRONOGRAMA DE REUNIÕES 2024 APROVADO.

Rodrigo Gravina Prates Junqueira (Aliança pela Restauração da Amazônia) entregou Nota Técnica intitulada “Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Sementes Nativas para a Restauração de Ecossistemas no Brasil¹” elaborada por diversos integrantes da sociedade civil à Secretaria Executiva da CONAVEG. A Nota Técnica faz uma série de recomendações ao poder público para avançar na adequação da legislação vigente e garantir a restauração de ecossistemas com escala e qualidade.

Rubens Benini (Pacto pela Restauração da Mata Atlântica) afirmou a importância da NT por tratar de uma das oito iniciativas estratégicas do PLANAVEG como subsídio à sua implementação e atualização. Destacou que mesmo que as três CCTs criadas não englobem todas as oito iniciativas estratégicas do PLANAVEG, todos esses pilares da restauração precisam ser abordados nas reuniões da CONAVEG e no processo de atualização e implementação do Plano.

Por fim, Fabíola Marono Zerbini (DFLO/SBIO/MMA) reafirmou a importância da representatividade ampliada além da composição dos membros da CONAVEG; e Rita Mesquita (SBIO/MMA) encerrou

¹ Disponível em: <https://redario.org.br/nota-tecnica>

a reunião, reafirmando a importância da agenda de recuperação da vegetação nativa; a necessidade de priorização estratégica na atuação da CONAVEG; e agradecendo a todos os presentes.

ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

A Secretaria Executiva da CONAVEG deverá enviar aos membros e convidados presentes:

- Memória da 1ª Reunião Ordinária da CONAVEG 2023;
- Arquivo com a apresentação de slides realizada durante a reunião;
- Regimento Interno aprovado durante a reunião;
- Minutas das resoluções CONAVEG para instituição das 03 Câmaras Consultivas Temáticas.

Todas as organizações que participaram da 1ª Reunião Ordinária da CONAVEG, membros e convidados, poderão manifestar por e-mail seu interesse em aderir a uma ou mais Câmaras Consultivas Temáticas (CCTs), até o dia 11 de dezembro de 2023, indicando nome e informações de contato (e-mail, telefone) de seu representante, não podendo exceder o limite de 01 representante por CCT. Fica a critério de cada instituição definir eventual revezamento de seus respectivos representantes nas reuniões.

A lista final de composição fixa de cada uma das 03 CCTs será publicada nas respectivas resoluções de criação. Outros convidados poderão participar das reuniões das CCTs desde que os nomes sejam previamente submetidos à Secretaria Executiva da CONAVEG e aos participantes da CCT, ou conforme Plano de Trabalho.